Fasul Educacional EaD
Rua Dr. Melo Viana, nº. 75 - Centro - Tel.: (35) 3332-4560
CEP: 37470-000 - São Lourenço - MG

FASUL EDUCACIONAL
(Fasul Educacional EaD)

PÓS-GRADUAÇÃO

MBA EXECUTIVO EM GESTÃO HOSPITALAR

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MBA EXECUTIVO EM GESTÃO HOSPITALAR

DISCIPLINA:
GESTÃO DE PESSOAS EM ORGANIZAÇÕES HOSPITALARES

RESUMO

Quando falamos em organizações, falamos, de algum modo, das pessoas que as compõem, que as representam e as personalizam, de acordo com sua visão de mundo, pela maneira como se comportam, executam suas atividades, fazem seus negócios, se relacionam com seus clientes e fazem a estrutura física funcionar. Há que se considerar que a variação dessas dimensões é diretamente proporcional às políticas externas de mercado e às diretrizes internas peculiares de cada organização. De modo geral, gerir recursos humanos em hospitais não apresenta diferenças em relação a outros tipos organizações, mas há peculiaridades que carecem do olhar mais atento do gestor, pois trata-se de uma tarefa singular e absolutamente estratégica para o sucesso da organização. As condições do mercado de saúde, particularmente no contexto hospitalar, indicam uma deficiência na atração e na manutenção de bons profissionais, o que resulta em desperdícios diversos e grandes prejuízos. Esta disciplina pretende servir como uma peça auxiliar nesse imenso quebra-cabeça chamado gestão hospitalar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
FASES EVOLUTIVAS DA ÁREA DE RH
ASPECTOS CONCEITUAIS DA GESTÃO DE PESSOAS
PROCESSOS DA GESTÃO DE PESSOAS
GESTÃO DE PESSOAS EM HOSPITAIS

AULA 2
INTRODUÇÃO
SELEÇÃO
REMUNERAÇÃO
PROGRAMA DE GESTÃO DE CARGOS
PROGRAMA DE BENEFÍCIOS

AULA 3
INTRODUÇÃO
PROCESSOS DE TREINAMENTO
CLASSIFICAÇÃO DO TREINAMENTO QUANTO AO LOCAL DE REALIZAÇÃO
DESENVOLVIMENTO
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

AULA 4
INTRODUÇÃO
SEGURANÇA DO TRABALHO
NORMAS REGULAMENTADORAS RELACIONADAS À SEGURANÇA DO TRABALHO
RISCOS OCUPACIONAIS
DOENÇAS OCUPACIONAIS

AULA 5

INTRODUÇÃO
GERENCIAMENTO DE MUDANÇAS E A GESTÃO DE PESSOAS – PARTE 1
O GERENCIAMENTO DE MUDANÇAS E A GESTÃO DE PESSOAS – PARTE 2
A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E A GESTÃO DE PESSOAS
ÉTICA EM SERVIÇOS DE SAÚDE

AULA 6
INTRODUÇÃO
INDICADORES NA GESTÃO DE PESSOAS – PARTE 1
INDICADORES NA GESTÃO DE PESSOAS – PARTE 2
A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E A GESTÃO DE PESSOAS
DESAFIOS NA GESTÃO DE PESSOAS EM HOSPITAIS

BIBLIOGRAFIAS

- BARBOSA, R. S.; ESTENDER, A. C. A gestão estratégica de pessoas: uma ferramenta necessária a toda companhia. SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA (SEGeT), 11., 2014, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: SEGeT, 2014. Disponível em https://www.aedb.br/seget/arquivos/artig os14/18720144.pdf.
- EVOLUÇÃO do RH. Arthur Ivo, 23 ago. 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=asPXOJmAwbA.
- MORICI, M. C. Recursos humanos em hospitais do sistema único de saúde: entre a assistência e a gestão. Dissertação (Mestrado) – Faculdade De Ciências Econômicas, Departamento De Ciências Administrativas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

DISCIPLINA:
IMPLANTAÇÃO DE MODELOS DE COMPLIANCE EM ORGANIZAÇÕES HOSPITALARES

RESUMO

A temática do compliance vem sendo bastante discutida, tanto no âmbito corporativo quanto na seara acadêmica. Se antes apenas grandes empresas com ações negociadas em bolsas de valores e instituições financeiras se preocupavam com o compliance, hoje milhares de organizações, de diferentes setores, independentemente do porte e mesmo sem finalidade lucrativa, também estão implantando modelos de compliance em seus ambientes institucionais.Veremos então que a discussão em torno do compliance é recente no Brasil e veio à tona quando graves escândalos de corrupção envolvendo a administração pública começaram a ser revelados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
TEORIAS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA
OS QUATROS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA
A EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL
MECANISMOS DE CONTROLE

AULA 2
INTRODUÇÃO
PROGRAMA DE COMPLIANCE/INTEGRAÇÃO
COMPLIANCE NA ÁREA DA SAÚDE
RESPONSABILIDADES NA LEI ANTICORRUPÇÃO Nº 12.846 DE 2013
ACORDO DE LENIÊNCIA

AULA 3
INTRODUÇÃO
ISO 19600 DE 2014 E ISO 37001 DE 2016
ISO 45001 DE 2018 (SISTEMAS DE GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL)
COMPLIANCE NA SAÚDE OCUPACIONAL
CONFORMIDADE E INTEGRIDADE NA ÁREA DA SAÚDE

AULA 4
INTRODUÇÃO
GESTÃO DE RISCOS NAS ORGANIZAÇÕES HOSPITALARES
MODELO COSO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS
PRINCIPAIS RISCOS E CONTROLES CORPORATIVOS
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE RISCOS

AULA 5
INTRODUÇÃO
O DIREITO CONSTITUCIONAL À INTIMIDADE E À PRIVACIDADE
A LGPD BRASILEIRA: CONCEITOS, APLICAÇÃO, PRINCÍPIOS; AGENTES E HIPÓTESES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS
OS DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS E A SISTEMÁTICA DE RESPONSABILIDADES E SANÇÕES DA LGPD
AS APLICAÇÕES DA LGPD AO SETOR DE SAÚDE

AULA 6
INTRODUÇÃO
COMPLIANCE E ERRO MÉDICO – RESPONSABILIDADE CIVIL
COMPLIANCE CRIMINAL NA ÁREA DA SAÚDE – RESPONSABILIDADE PENAL
COMPLIANCE REGULATÓRIO
COMPLIANCE CONTRATUAL/TRABALHISTA

BIBLIOGRAFIAS

- CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Programa de integridade: diretrizes para empresas privadas. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/programa-deintegridade-diretrizes-para-empresas-privadas.pdf.
- ADVAMED. Code of Ethics. Disponível em: http://advamed.org/issues/1/codeof-ethics.
- INSTITUTO ÉTICA SAÚDE. Quem somos. Disponível em: https://eticasaude.org.br/QuemSomos.

DISCIPLINA:
GESTÃO DE SUPRIMENTOS HOSPITALARES

RESUMO

O desafio da gestão da cadeia de suprimentos hospitalar é a diminuição de custos visando um equilíbrio financeiro para a instituição. Aproximadamente 46% dos custos dos hospitais estão relacionados a recursos humanos, 40% se referem à aquisição de materiais, medicamentos e serviços e o restante é voltado para as demais despesas (Pereira, 2018). O mapeamento da cadeia de suprimentos hospitalar permite analisar sua arquitetura, verificar sua ligação com a estratégia da empresa, avaliar a coordenação com os demais

setores hospitalares e identificar as possíveis formas de gerar valor e ser um diferencial na entrega do serviço ao paciente (Pereira, 2018). Em uma organização de saúde, o setor de abastecimento é responsável por receber as necessidades dos profissionais de saúde, referente aos insumos (materiais de consumo) e aos equipamentos (materiais permanentes), para que estes possam atender devidamente aos seus pacientes (Santos; Infante, 2007).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
LOGÍSTICA
GESTÃO DE MATERIAIS
GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS
FILOSOFIA LEAN THINKING

AULA 2
INTRODUÇÃO
PROBLEMAS ENFRENTADOS NO SETOR DE COMPRA
PAPEL DO COMPRADOR
FORNECEDORES
TECNOLOGIA APLICADA EM COMPRAS

AULA 3
INTRODUÇÃO
PADRONIZAÇÃO
PREVISÃO DE ESTOQUE
PERDAS
ARMAZENAGEM

AULA 4
INTRODUÇÃO
CURVAS PARA ANÁLISE DE ESTOQUE
INVENTÁRIOS
RASTREABILIDADE
ENDEREÇAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DE ESTOQUE

AULA 5
INTRODUÇÃO
INDICADORES
DEFINIÇÃO E CÁLCULO DE INDICADORES
MAPEAMENTO DE PROCESSOS
SUSTENTABILIDADE DA CADEIA DE SUPRIMENTOS

AULA 6
INTRODUÇÃO
TIPOS DE LICITAÇÃO
HABILITAÇÃO PARA OS PROPONENTES
EDITAL DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE E DISPENSA DA LICITAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- BUZZI, D.; PLYTIUK, C. F. Pensamento enxuto e sistema de saúde: um estudo de aplicabilidade de conceitos e ferramentas lean em contexto hospitalar. Qualidade Emergente, [S. l.], ano 2, v. 2, p. 18-38. 2011. DOI 10.5380/rqe.v2i2.25187. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/qualidade/article/view/25187.
- INFANTE, M.; SANTOS, M. A. B. A organização do abastecimento do hospital público a partir da cadeia produtiva: uma abordagem logística para a área de saúde. Ciência & Saúde Coletiva, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 945-954, 2007. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csc/2007.v12n4/945-954/pt/.
- LAMBERT, D. M.; COOPER, M. C. Issues in Supply Chain Management. Industrial Marketing Management, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 65-83, 2000. DOI 10.1016/S0019-8501(99)00113-3. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0019850199001133.

DISCIPLINA:

BIOSSEGURANÇA

RESUMO

A palavra biossegurança significa segurança da vida, ou mesmo a vida livre de riscos ou perigos. A biossegurança é fundamental e de extrema importância para a promoção da saúde humana e ambiental, a qual deve ser seguida e implementada nos diversos setores profissionais como laboratórios, indústrias e empresas privadas e governamentais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITOS
RISCOS VERSUS PERIGO
TIPOS DE RISCOS
AVALIAÇÃO DE RISCO
MAPA DE RISCO

AULA 2

BIOSSEGURANÇA E MEIO AMBIENTE
ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS (OGMS)
EFLUENTES DOMÉSTICOS E INDUSTRIAIS
NORMAS BÁSICAS DE BIOSSEGURANÇA
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPC)

AULA 3

DESCONTAMINAÇÃO EM SERVIÇOS AMBIENTAIS E DA SAÚDE
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E HOSPITALARES
MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E GERENCIAMENTO DE DESCARTE
ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS
MEDIDAS DE EMERGÊNCIA EM LABORATÓRIOS

AULA 4

TRANSMISSÃO DE DOENÇAS: SAÚDE E SEGURANÇA DO PROFISSIONAL
TRATAMENTO DA ÁGUA NAS ETAs
REGRAS DE SEGURANÇA PARA O MANUSEIO E O ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS
BIOSSEGURANÇA NA EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL
BIOSSEGURANÇA DE MOSQUITOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

AULA 5
A BIOSSEGURANÇA EM AMBIENTES INSALUBRES
INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE
LEGISLAÇÃO PARA AMBIENTES INSALUBRES
AÇÕES DE PREVENÇÃO E BOAS PRÁTICAS EM AMBIENTES INSALUBRES
BIOSSEGURANÇA VERSUS BIOSSEGURIDADE

AULA 6
BIOSSEGURANÇA EM TRABALHOS DE CAMPO
RISCOS E PERIGOS OCUPACIONAIS EM TRABALHOS DE CAMPO
TRABALHOS EM AMBIENTES INSALUBRES
MEDIDAS DE PRECAUÇÃO NECESSÁRIAS ANTES DE IR PARA UM TRABALHO EM CAMPO
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) NOS TRABALHOS DE CAMPO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei n. 11.105, de 24 de março de 2005. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 mar. 2005.
- HIRATA, M. H.; HIRATA, R. D. C.; MANCINI FILHO, J. Manual de biossegurança. Barueri: Manole, 2012.
- MONTEIRO, C. G. J. et al. Biosafety conducts adopted by orthodontists. Dental Press Journal Orthodontics, May-Jun., v. 23, n. 3, p. 73-9.

DISCIPLINA:
HOTELARIA HOSPITALAR

RESUMO

Podemos considerar que atualmente os hospitais são resultado de um processo histórico-evolutivo, o qual foi formado por meio de um longo período de estudos, experiências, aprimoramentos, conquistas científicas, sociais e históricas, bem como a busca constante por conhecimento e excelência em inúmeros aspectos da medicina. Dentro desse contexto da formação hospitalar, temos o advento da hotelaria, a qual é um fator fundamental não somente no conceito de hospital, mas em sua eficiência e eficácia como instituição. Esse serviço de extrema importância surgiu juntamente com o melhoramento progressivo dos hospitais, sempre com a intenção de padronizar e elevar os níveis de qualidade em geral, não somente no aspecto científico e profissional, mas no tratamento humanizado de colaboradores, usuários, profissionais, pacientes e seus familiares, suprindo as necessidades cotidianas como limpeza, higiene, alimentação e bem-estar e fidelizando clientes e formando a reputação das instituições de saúde.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
ASPECTOS HISTÓRICOS DO HOSPITAL E SURGIMENTO DOS SERVIÇOS DE HOTELARIA
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO HOSPITAL E O SERVIÇOS DE HOTELARIA
IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOTELARIA NO ÂMBITO HOSPITALAR
HOTELARIA HOSPITALAR NOS SERVIÇOS PRIVADOS E PÚBLICOS DO BRASIL

AULA 2
INTRODUÇÃO
GOVERNANÇA EM LAVANDERIA HOSPITALAR
CONTROLE DE PRAGAS NO AMBIENTE HOSPITALAR

RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE: IMPACTOS E DISPOSIÇÕES GERAIS
GESTÃO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

AULA 3
INTRODUÇÃO
ATITUDES DE HOSPITALIDADE NO ATENDIMENTO EM SAÚDE
A IMPORTÂNCIA DA ESPIRITUALIDADE NO ÂMBITO HOSPITALAR
ENTRETENIMENTO, LAZER E BEM-ESTAR DO PACIENTE HOSPITALIZADO
A IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BRINQUEDOTECA NO AMBIENTE HOSPITALAR

AULA 4
INTRODUÇÃO
NUTRIÇÃO E GASTRONOMIA EM HOTELARIA HOSPITALAR
ESTRUTURA E IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE GASTRONOMIA HOSPITALAR
AMBIENTAÇÃO HOTELEIRA NO CONTEXTO HOSPITALAR
SETORES DE ATENDIMENTO AO CLIENTE EM SAÚDE

AULA 5
INTRODUÇÃO
GESTÃO DE PESSOAS EM SAÚDE E HOTELARIA HOSPITALAR
GESTÃO DA QUALIDADE EM SERVIÇOS DE SAÚDE
BIOSSEGURANÇA E RISCOS OCUPACIONAIS: NOÇÕES PARA O GESTOR DE HOTELARIA HOSPITALAR
SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR DE HOTELARIA HOSPITALAR: FUNÇÕES DO GESTOR

AULA 6
INTRODUÇÃO
GESTÃO DE PESSOAS EM SAÚDE E HOTELARIA HOSPITALAR
GESTÃO DA QUALIDADE EM SERVIÇOS DE SAÚDE
BIOSSEGURANÇA E RISCOS OCUPACIONAIS: NOÇÕES PARA O GESTOR DE HOTELARIA HOSPITALAR
SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR DE HOTELARIA HOSPITALAR: FUNÇÕES DO GESTOR

BIBLIOGRAFIAS

- TERRA, L. S. V.; CAMPOS, G. W. S. Alienação do trabalho médico: tensões Sobre o modelo biomédico e o gerencialismo na atenção primária. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 1-19, 2019.
- LIMA, E. R. el al. Infecções relacionadas à assistência à saúde sob a ótica da teoria ambientalista de Florence Nightingale. Brazilian Journal of Health Review. v. 2, n.6, p. 5018-5023, dez. 2019.
- PIANUCCI, A. Saber cuidar: procedimentos básicos em enfermagem. 17. ed. São Paulo: Senac, 2019.

DISCIPLINA:
AVALIAÇÃO E GESTÃO DO RISCO EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE

RESUMO

Antes de conceituar o que é risco, necessitamos de uma reflexão: afinal de contas, o risco é algo negativo? A resposta é não: um risco pode tanto ter consequências negativas quanto

positivas. Por exemplo, ao comprar um bilhete de loteria, você pode ter dois tipos de risco: ganhar ou não ganhar o prêmio, ou até ganhar parte do prêmio apostado. Portanto, você arriscou uma aposta. Da mesma maneira, investir uma certa quantia de dinheiro em ações pode resultar em lucro ou perda – ou seja, investir no mercado financeiro, mesmo para pessoas experientes, é uma operação de risco. Agora que você compreendeu que a consequência de um risco pode ser tanto positiva como negativa, podemos conceituá-lo de uma maneira geral.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O CONCEITO DE RISCO
ELEMENTOS DO RISCO
RISCO CLÍNICO E RISCO NÃO CLÍNICO
CONCEITO DE GESTÃO DE RISCOS
ELEMENTOS DA GESTÃO DE RISCOS

AULA 2

A LEGISLAÇÃO DE SAÚDE
O PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE
NORMAS TÉCNICAS
NORMAS REGULAMENTADORAS
LEGISLAÇÃO E NORMAS APLICADAS A RISCOS ESPECÍFICOS

AULA 3

GESTÃO DE RISCO ALINHADA À MISSÃO, VISÃO, OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DAS ORGANIZAÇÕES
GRUPOS DE APOIO À GESTÃO DE RISCOS EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE
INDICADORES DE SAÚDE
ELABORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS
TEMA 5 - ELABORAÇÃO DE FLUXOGRAMA

AULA 4

O PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS SEGUNDO A ISO 31000
PROCESSO DE MELHORIA CONTÍNUA – CICLO PDCA/PDSA
ANÁLISE DOS AMBIENTES INTERNO E EXTERNO
ANÁLISE SWOT/FOFA
MATRIZ DE RISCO

AULA 5

ESPECIFICAÇÃO DAS ETAPAS DE GESTÃO DE RISCOS SEGUNDO A ISO 31010
O BRAINSTORMING NA IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS
ANÁLISE DE CENÁRIOS
ANÁLISE DE CAUSA E EFEITO
ANÁLISE DE CAUSA E EFEITO: CATEGORIAS DE CAUSAS

AULA 6

ANÁLISE DE CAUSA RAIZ
PROTOCOLO DE LONDRES
ANÁLISE BOWTIE

ANÁLISE FMEA/HFMEA
5W2H/4QS E 1POC

BIBLIOGRAFIAS

- CORRÊA, D. Morre 22ª vítima de incêndio no Hospital Badim, no Rio. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 02 dez. 2019. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-12/morre-22a-vitima-de-incendio-no-hospital-badim-no-rio.
- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR ISO 31000: Gestão de riscos - diretrizes. Rio de Janeiro, 2018.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gestão de riscos e investigação de eventos adversos relacionados à assistência à saúde. Brasília: Anvisa, 2017.

DISCIPLINA:
ACREDITAÇÃO HOSPITALAR

RESUMO

Para compreendermos o processo de acreditação, há necessidade de conhecermos alguns aspectos históricos relacionados à gestão da qualidade e quais autores contribuíram significativamente para a disseminação dessa forma de gestão pelo mundo chegando inclusive ao setor de saúde. Com base nesses estudiosos, teremos uma base para fundamentar como a gestão da qualidade se materializa nas organizações a ponto de ser escolha de um modelo de certificação formal da qualidade como a acreditação hospitalar. Além disso, vamos conhecer alguns conceitos elementares que serão muito utilizados na disciplina e nas atividades de administração da qualidade, auditorias e certificações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
EVOLUÇÃO DA QUALIDADE NA SAÚDE
HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO
PRINCIPAIS PENSADORES
CONCEITOS E GENERALIDADES

AULA 2
INTRODUÇÃO
MODELOS DE DETERMINANTES
DIMENSÕES DA QUALIDADE
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA ACREDITAÇÃO
FUNDAMENTOS DA ACREDITAÇÃO

AULA 3
INTRODUÇÃO
FUNDAMENTOS DO MANUAL ONA
NÍVEL DE CERTIFICAÇÃO ONA
MANUAL ONA – ESTRUTURA
NORMAS PARA ACREDITAÇÃO

AULA 4
INTRODUÇÃO
JOINT COMMISSION INTERNATIONAL E SEUS PROGRAMAS

ACREDITAÇÃO CANADENSE
ACREDITAÇÃO CANADENSE E SEUS PROGRAMAS
OUTRAS CERTIFICAÇÕES DE QUALIDADE

AULA 5
INTRODUÇÃO
MÉTODO PDCA
DIAGRAMA DE PARETO E MAPEAMENTO DE PROCESSOS
GRÁFICOS DE DISPERSÃO E DIAGRAMA DE CONTROLE
OUTRAS FERRAMENTAS DE QUALIDADE

AULA 6
INTRODUÇÃO
BASES DA QUALIDADE
PLANEJAMENTO DA QUALIDADE
IMPLANTAÇÃO DA QUALIDADE
DIFICULDADES PARA IMPLANTAÇÃO DA QUALIDADE

BIBLIOGRAFIAS

- FARINA, A. Prontuário médico. CFM, S.d. Disponível em: https://portal.cfm.org.br/artigos/prontuario-medico/.
- HARARI, Y. N. Sapiens: uma breve história da humanidade. 35. ed. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- WILLIAMS, K. Reappraising Florence Nightingale. BMJ, v. 337, 16 dez. 2008.

DISCIPLINA:
AUDITORIA HOSPITALAR

RESUMO

A auditoria surgiu entre os séculos XV e XVI na Itália, sendo originária da contabilidade (Santi, 1998). Na área de saúde, foi introduzida no início do século XX, como instrumento para análise da qualidade da assistência, por meio da observação dos registros em prontuários (Camacho; Rubin, 1996), sendo, atualmente, utilizada no controle e regulação dos serviços de saúde, em especial no que se refere aos custos assistenciais (Pinto; Melo, 2010).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
RESPONSABILIDADES E PERFIL DO AUDITOR
AUDITORIA MÉDICA
AUDITORA DE ENFERMAGEM
DEMAIS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

AULA 2
INTRODUÇÃO
DOCUMENTOS INERENTES À ASSISTÊNCIA
SAÚDE BASEADA EM EVIDÊNCIAS
FARMACOECONOMIA
INSTRUMENTOS UTILIZADOS PELA ANS

AULA 3

INTRODUÇÃO
CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO MOMENTO DA REALIZAÇÃO DA AUDITORIA
CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO LOCAL DE REALIZAÇÃO
OUTRAS CLASSIFICAÇÕES
GLOSAS

AULA 4
INTRODUÇÃO
CUSTOS
TABELAS
REFERENCIAIS DE PREÇOS
PROTOCOLOS E DIRETRIZES

AULA 5
INTRODUÇÃO
COMPOSIÇÃO DA CONTA HOSPITALAR
OPME
PRODUTOS NÃO REMUNERADOS PELAS OPERADORAS
AUDITORIA DA CONTA HOSPITALAR

AULA 6
INTRODUÇÃO
CONTRATO DE BENEFICIÁRIO
PERÍCIAS
VISITAS TÉCNICAS
JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

BIBLIOGRAFIAS

- CAMELO, S. H. H et al. Auditoria de enfermagem e a qualidade da assistência à saúde: uma revisão de literatura. Revista Eletrônica de Enfermagem, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 1018-1025, 2009. Disponível em: https://www.fen.ufg.br/revista/v11/n4/pdf/v11n4a28.pdf.
- CÓDIGO de ética e normas de auditoria. In: Comissão de Normas de Auditoria: Ingá-Britt Ahlenius. Estocolmo: INTOSAI, 1998. Disponível em: https://www.tce.mg.gov.br/projetoauditar/normas/Normas%20de%20Auditoria%20e%20C%C3%B3digo%20de%20%C3%89tica%20INTOSAI.pdf.
- COSTA, M. T.; ALEVATO, H. Auditoria odontológica: uma ferramenta de gestão em saúde suplementar. Niterói, 5 ago. 2010. Disponível em: http://www.inovarse.org/sites/default/files/T10_0315_1184.pdf.

DISCIPLINA:
COMUNICAÇÃO, LIDERANÇA E RELAÇÕES INTERPESSOAIS

RESUMO

A comunicação é uma condição essencial para nossa vida. Sem ela não há cooperação, motivação, gestão ou qualquer outra coisa que exija o mínimo de organização para ser feito. Qualquer relação e/ou interação humana é composta por uma rede de comunicação. Se a comunicação falha, uma parte da interação humana falha também. Diante disso, a disciplina Comunicação, Liderança e Relações Interpessoais, pretende transformar o acadêmico em um comunicador embasado e pronto para expor, de forma clara, os seus ideais. A boa comunicação vai muito além de falar bonito, com voz bem impostada e com uma dicção perfeita. Envolve o domínio de diversas técnicas e compreensão de inúmeros fatores que

fazem parte da comunicação pessoal, que serão trabalhados ao longo dos materiais propostos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1 À AULA 6

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

BIBLIOGRAFIAS

- PINA E CUNHA, et al. Manual do Comportamento Organizacional e Gestão. 8. ed. Lisboa: RH Editora, 2016.
- REGO, A. Comunicação pessoal e organizacional: teoria e prática. 3. ed. Lisboa: Sílabo, 2013.
- AVOLIO, B. J.; MHATRE, K. H. Advances in theory and research on authenticleadership. In: CAMERON, K. S.; G. Spreitzer (Eds.). The Oxford handbook of positive organizational scholarship (p. 773-783). Oxford: Oxford University Press. 2012.

DISCIPLINA:

GESTÃO CONTÁBIL

RESUMO

Nesta disciplina vamos tratar do panorama da contabilidade financeira no Brasil atualmente. Sabemos que a contabilidade no Brasil é fortemente regulada, seja por leis específicas (Lei 6.404/76 e Lei 10.406/2003) ou por normas emanadas dos órgãos reguladores, que serão estudados adiante. Mais precisamente a partir do ano de 2005, o Brasil optou por aderir às regras internacionais de contabilidade, mais precisamente os IFRS, numa tradução livre "Regras internacionais de relatórios financeiros". Essa nova estrutura conceitual da contabilidade brasileira tem início com a criação em 2005, por meio da resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.055/2005 do CPC – Comitê de pronunciamentos contábeis – órgão que possui total independência em suas deliberações (pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações), embora receba suporte material do CFC.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
MODELOS CONTÁBEIS DE EVIDENCIAÇÃO
PRESSUPOSTOS DA ENTIDADE E CONTINUIDADE
PRESSUPOSTOS DA COMPETÊNCIA DE EXERCÍCIOS
AUDITORIA E PARECER

AULA 2

INTRODUÇÃO
ATIVO – CONCEITO E COMPONENTES
PASSIVO – CONCEITO E COMPONENTES
PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONCEITOS DE RECEITAS E DESPESAS
ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
ASPECTOS FISCAIS DOS COMPONENTES DA DRE
ASPECTOS ESPECIAIS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

AULA 4

INTRODUÇÃO
DFC PELO MÉTODO INDIRETO
ANÁLISE DAS VARIAÇÕES DE CAIXA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
VARIAÇÕES NA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AULA 5
INTRODUÇÃO
ESTRUTURA E FORMAÇÃO DO DVA
DVA: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS
APLICAÇÃO PRÁTICA DAS NES

AULA 6
INTRODUÇÃO
ATIVOS CONTINGENTES
PASSIVOS CONTINGENTES
RESERVAS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PROVISÕES

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm.
- ____. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm.
- LUZ, É. E. da. Contabilidade geral das sociedades. Curitiba: InterSaberes, 2017.

DISCIPLINA:
GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS PARA TOMADA DE DECISÃO

RESUMO

De acordo com Viceconti e Neves (2013, p. 7), [...] [a] contabilidade financeira tem por objetivo controlar o patrimônio das empresas e apurar o resultado (variação do patrimônio). Ele deve também prestar informações a usuários externos que tenham interesse em acompanhar a evolução da empresa, tais como entidades financeiras que irão lhe conceder empréstimos, debenturistas e quaisquer pessoas que desejem adquirir ações da empresa (se ela for uma companhia aberta). Veremos, nesta disciplina que atualmente serve também para startups que precisam de financiamento. Essas empresas demonstram, por meio da contabilidade e com suas peças contábeis, em especial o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração de Fluxo de Caixa, como está a sua saúde financeira e quanto elas poderão render, de acordo com as projeções feitas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE DE CUSTOS
PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE APLICADOS A CUSTOS
ESQUEMA BÁSICO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS
ESTRUTURA DA CONTABILIDADE DE CUSTOS

AULA 2
INTRODUÇÃO
CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS E DAS DESPESAS
OBJETIVOS DA APURAÇÃO DOS CUSTOS
CUSTO DE AQUISIÇÃO
DEPARTAMENTALIZAÇÃO, CENTROS DE CUSTOS E RATEIO

AULA 3
INTRODUÇÃO
MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE ESTOQUES
CUSTOS CONTROLÁVEIS E CUSTOS ESTIMADOS
CONTROLE DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS
CUSTOS PARA FINS FISCAIS

AULA 4
INTRODUÇÃO
MÉTODO DE CUSTEIO DIRETO OU VARIÁVEL
MÉTODO DE CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES (ABC)
ESTIMATIVA DE VENDAS E GIRO DE ESTOQUES
CAPITAL DE GIRO E FLUXOS DE CAIXA

AULA 5
INTRODUÇÃO
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO
PONTO DE EQUILÍBRIO
MARGEM DE SEGURANÇA
GRAU DE ALAVANCAGEM OPERACIONAL

AULA 6
INTRODUÇÃO
MARK-UP
CONTROLE ORÇAMENTÁRIO
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS
ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Diário Oficial da União, Brasília, 17 dez. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm.
- CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2): estrutura conceitual para relatório financeiro. Brasília, 10 dez. 2019. Disponível em: http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/573_CPC00(R2).pdf.
- MARTINS, E. Contabilidade de custos. 11. ed. São Paulo: GEN; Atlas, 2018.

DISCIPLINA:
ÉTICA EMPRESARIAL

RESUMO

O conceito de ética e de moral serão desenvolvidos na próxima etapa. Para os fins deste estudo, ficaremos com o conceito mais corriqueiro de ética como a ciência que estuda os comportamentos cotidianos e os valores desses, ou seja, a moral. De forma pedagógica, e para os fins deste curso, vamos lidar com três eixos, dos quais partem concepções éticas

acerca da conduta humana. É uma escolha para facilitar o entendimento e o desenvolvimento de nosso estudo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
A ÉTICA NOS PERÍODOS HISTÓRICOS – ANTIGUIDADE CLÁSSICA
PERÍODO HELENÍSTICO
ÉTICA MEDIEVAL
ÉTICA MODERNA E CONTEMPORÂNEA – ÉTICA PÓS-MODERNA?

AULA 2
INTRODUÇÃO
ÉTICA, MORAL E COMPORTAMENTO COTIDIANO
ÉTICA, MORAL E DIREITO
FUNÇÃO ÉTICA E MORAL DOS DIREITOS HUMANOS
ÉTICO – SER OU NÃO SER

AULA 3
INTRODUÇÃO
CÓDIGOS DE ÉTICA PROFISSIONAL
CÓDIGO DE ÉTICA EMPRESARIAL
RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL
DEONTOLOGIA E PRÁTICA PROFISSIONAL

AULA 4
INTRODUÇÃO
A EVOLUÇÃO DA RSE E O NOVO MILÊNIO
RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL
RSE E INICIATIVAS INTERNACIONAIS
IMPLANTANDO AÇÕES DE RSE

AULA 5
INTRODUÇÃO
COMPREENSÃO DA CULTURA ORGANIZACIONAL
ÉTICA E TIPOLOGIA CULTURAL
CLIMA ORGANIZACIONAL
AMBIENTE ORGANIZACIONAL SAUDÁVEL

AULA 6
INTRODUÇÃO
INDICADORES DE CLIMA ÉTICO
AFERINDO OS INDICADORES DE CLIMA ÉTICO
CLIMA ÉTICO E O TERCEIRO SETOR
CLIMA ÉTICO E O COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL

BIBLIOGRAFIAS

- ANCIENT ethical theory. Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/ethics-ancient/#PyrrSkep>.
- AQUINO, S. T. Suma contra os gentios. 2. ed. São Paulo: CEDET, 2017.

- ARAÚJO, D. V. de. Acerca dos preconceitos contra os sofistas. Saberes, Natal, v. 1, n. 10, p. 15-29, nov. 2014.